



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O    N<sup>o</sup> 428

**Feito :** Recurso N<sup>o</sup>024/92-TCE/ACRE (Proc. N<sup>o</sup>423/91-apenso)

**Relator:** Conselheiro HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

**Assunto:** Recurso contra a ACÓRDÃO N<sup>o</sup>232/92, exarado no Processo N<sup>o</sup> 423/91-TCE/ACRE, referente ao Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre a Secretaria de Indústria e Comércio e o Sr. Francisco Neves de Souza.

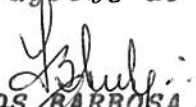
Recurso contra o ACÓRDÃO                    N<sup>o</sup>  
232/92, exarado no Processo                N<sup>o</sup>  
423/91-TCE/ACRE, referente ao  
Contrato de Prestação de Serviço  
celebrado entre a Secretaria de  
Indústria e Comércio e o                Sr.  
Francisco Neves de Souza.


**Parcialmente Provido**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso N<sup>o</sup>024/92-TCE/ACRE (Proc. N<sup>o</sup>423/91-apenso), supra mencionado, A C O R D A M, por maioria, os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, para mantê-lo em seus exatos termos, no sentido de dar provimento parcial ao recurso e considerar regular, com ressalvas, o Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre a Secretaria de Indústria e Comércio e o Sr. Francisco Neves de Souza, face o pagamento efetuado o maior, devendo o Ex-Secretário Orlando Sabino da Costa Filho, devolver aos cofres do Estado do Acre, a quantia de Cr\$ 321.497,00 (Trezentos e Vinte e Hum Mil Quatrocentos e Noventa e Sete Cruzeiros), devidamente corrigida monetariamente, a partir de 24.09.92, data da publicação do ACÓRDÃO recorrido.-----

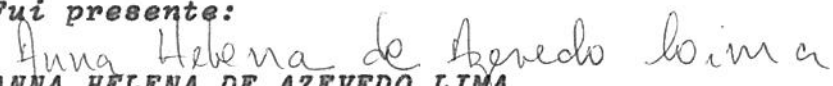
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 05 de agosto de 1993.

  
Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE  
Presidente

  
Cons. HÉLIO SARAIVA DE FREITAS  
Relator

Fui presente:

  
ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA

Procuradora-Chefe do M.P.E., em exercício

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ALCE

ESTO documento legalmente válido

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO 6.082

13 / 08 / 93 às 16.08

*Arrieta*

Secretaria do Plenário

[illegible]



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

RECURSO Nº 024/92

ASSUNTO: RECURSO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 232/92, EXARADO NO PROCESSO Nº 423/91 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E O SR. FRANCISCO NEVES DE SOUZA.

RELATOR: CONSELHEIRO HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

### RELATÓRIO

Pelo Acórdão de nº 232, de 10 de setembro/92, o Secretário de Indústria e Comércio, à época, Orlando Sabino da Costa Filho, foi condenado a restituir aos cofres do Estado, na condição de Ordenador de Despesas, o valor de Cr\$ 762.329,00 (SEPTENTON E SESSENTA E DOIS MIL TREZENTOS E VINTE E NOVE CRÉDITOS), devidamente corrigida, com base em índice oficial, pago indevidamente ao contratado Francisco Neves de Souza, ou apresentar defesa, querendo, na forma de recurso.

Em 23.20.92, o Ex-Secretário recebeu o respeitável Mandado e demais peças integrantes, passando o competente recibo, conforme se verifica no rodapé das fls. 57.

Em 14 de outubro/92, Orlando Sabino da Costa Filho, inconformado, recorre da decisão do TCE, alegando em síntese, que o Sr. Francisco Neves de Souza prestou serviços de assessoramento como advogado, estribado no Estatuto da OAB, que permite tais serviços excetuando-se, claro, atuar contra órgãos públicos, não havendo portanto acumulação de cargos, pois existir compatibilidade de horários entre seu trabalho na Presidência e na Secretaria de Indústria e Comércio; que a contratação foi de hora de, no interesse da administração; que, ainda, o recorrente, que na hipótese de o TCE não modificar sua decisão, isentando-o de qualquer punibilidade, que, na última instância, seja penalizado, apenas, a devolução do valor pago, com correção monetária, levando em consideração o longo tempo que levou o feito para ser julgado.

Para fundamentar o M. P. E., tecer as seguintes considerações:

- I - O recurso é rejeitivo;
- II - Não houve acumulação de cargos, dada a compatibilidade de horários para o exercício das duas funções;
- III - O contrato, embora lacônico, não contém cláusulas espúrias e ilícitas;

IV - Deixa de ser admitida a alegação de que o contratado




## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Finalizando, o M. P. E. se pronuncia pelo provimento, em parte, do recurso, com alteração do Acórdão recorrido e condena o ex-secretário Orlando Sabino da Costa Filho a devolver aos cofres do Estado do Acre a quantia de Cr\$321.497,60 (TREZENTOS E VINTE E HUM MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS) paga a maior ao contratado, corrigida monetariamente a partir de 24.09.92, data da publicação do Acórdão recorrido.

É o relatório.

Rio Branco, 02 de agosto de 1993.

  
Nelson Saravia de Freilas  
Conselheiro Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

### CONCLUSÃO E VOTO

Vistos, analisados e relatados estes autos, emsenso no parecer do M. P. E., que acolho integralmente, com provimento parcial ao recurso e voto considerando regular com ressalvas o contrato de prestação de serviços celebrado entre a Secretaria de Indústria e Comércio e a D. Flávia Maria Alves de Souza, face o pagamento atenuado a maior, devendo o ex-Secretário Orlando Sarinho da Costa Filho devolver aos cofres do Estado do Acre o montante de R\$ 331.497,00 (TREZES MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E SETE CRUZEIROS), para a maior ao contratado, corrigida monetariamente, a partir de 24.06.92, data da publicação do Acórdão recorrido.

É assim que voto.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ACRE, em Rio Branco-Acre, 05 de agosto de  
1993.

  
Hélio Sarayva de Freitas  
Conselheiro Relator